

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

A verdade sobre o “teto” que não estabeleci

Não é verdade que eu tenha estabelecido um teto salarial para o serviço público. Isso não é minha competência jurídica e eu nunca exorbitaria de meus rígidos limites legais e constitucionais. Determinei um mero adiantamento do abono que, **seja qual for o teto que vier a prevalecer no serviço público e a data em que for implantado, será devido aos juízes federais, retroativo a janeiro de 1998 e não poderá nunca ser inferior ao que vigora hoje no Supremo Tribunal Federal**, pelo princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos. Vale dizer, apenas dei aplicabilidade à Lei nº 9.655/1998, em face do insustentável aviltamento salarial dos juízes federais.

A tal ponto chegou a situação dos magistrados que, recentemente, tive de interceder pessoalmente junto ao Ministério do Exército para conseguir hospedar juízes federais no hotel em trânsito daquela Arma, em Belém do Pará, em razão da dificuldade de encontrar alojamentos compatíveis com seus vencimentos.

É absoluta inverdade que eu tenha, ao arrepio da lei, criado despesas imprevistas para o Governo, mesmo porque o assunto foi ampla e previamente negociado com o Poder Executivo. A parcela de sacrifício dos juízes brasileiros já foi dada. E provo isso com números irrefutáveis: todo o Poder Judiciário ficou, no Orçamento-Geral da União deste ano, com írritos 1,35%. Para o OGU de 1999, o Judiciário, cortando fundamente na própria carne, em decidida colaboração

com o sacrifício que se exige de todos, ficou com menos de 1% do Orçamento-Geral, exatos 0,96%. Para que se tenha uma idéia, o STJ, que no ano passado julgou mais de 103 mil processos e decidiu causas de relevância nacional como as privatizações das estatais, ficará com apenas 0,04% do Orçamento. A Justiça Federal, que julgou no ano passado mais de 2 milhões e 300 mil processos, representará no Orçamento-Geral do ano que vem, 0,26%.

Exemplo cabal da austeridade de minha Administração dei ao tomar posse, quando reestruturei os quadros administrativos do STJ, extinguindo e remanejando 288 funções comissionadas e cargos em comissão, e no próprio Conselho da Justiça Federal, onde extingui e remanejei outros cinquenta cargos.

A antecipação que determinei será paga dentro das dotações orçamentárias já existentes e disponíveis na Justiça Federal. Não há qualquer efeito cascata ou benefício a 12 mil juízes de todo o País, como está sendo afirmado. Os juízes, no Brasil inteiro, totalizam cerca de 8.000. E a decisão alcança tão-somente os 544 juízes federais e dos cinco Tribunais Regionais Federais com um impacto, por ano, no Orçamento-Geral de 0,000043%. Quase nada, em termos orçamentários.

Com quase quarenta anos de vida pública, marcados pelo intransigente rigor no trato das verbas e dos dinheiros públicos, não posso deixar sem resposta a campanha que se ergue contra minha decisão de dar aplicabilidade à Lei nº 9.655, que foi apelidada com o meu nome. Acredito firmemente que as críticas e as discordâncias são naturais e desejáveis no processo democrático, mas não podem ser misturadas com o deboche e o achincalhe contra um homem respeitado dentro e fora do Poder em que trabalha.

Como já disse, acredito piamente que o funcionamento do Poder Judiciário é indispensável à consolidação da Democracia e ao fortalecimento da Nação. E um juiz “pendurado” no cheque especial e nas mãos do gerente do banco é um juiz vulnerável a toda sorte de pressões. E a quem interessa um Judiciário enfraquecido?

* Artigo publicado em 8 e 14 de outubro de 1998, em “O Estado de S. Paulo”, p. A19 e “Folha de S. Paulo”, p. 3.